



Em reação a declarações de empresários sobre eventual vitória de Lula, ministro do Supremo enfatiza ser crime atentar contra a democracia e afirma que Brasil sofreria retaliação econômica de outros países

Toffoli: defender golpe é suicídio

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), classificou como “suicídio” e “loucura” o caso de empresários que defenderam um golpe de Estado. O magistrado ainda ressaltou que é crime atentar contra a democracia. “Em relação à ação desses empresários, primeiro que, atentar contra a democracia é tipo penal, é crime no nosso país, assim como é nos Estados Unidos, na Europa. Nos países democráticos, atentar contra o Estado democrático de direito é crime”, frisou, em entrevista coletiva após o evento “O Equilíbrio dos Poderes”, promovido pelo grupo Esfera Brasil, em São Paulo.

Toffoli destacou que a possibilidade de um golpe afetaria a economia drasticamente. “Se empresários divulgam esse tipo de posicionamento, eles são suicidas, porque não há dúvida nenhuma de que os Estados Unidos, a Europa, os países democráticos vão retaliar o Brasil economicamente. Investidores vão embora, isso vai gerar desemprego em nosso país, isso vai gerar saída de capitais em nosso país (...). Isso é loucura”, pontuou.

Em conversas divulgadas pelo jornalista Guilherme Amado, nesta semana, donos de redes nacionais defenderam um golpe de Estado, caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seja eleito no pleito de outubro. Entre os empresários estariam Luciano Hang (Havan), Afrânio Barreira Filho (Coco Bambu), Ivan

Wrobel (W3 Engenharia) e Marco Aurélio Raymundo (Mormaii).

Na quarta-feira, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou ter acionado o STF para quebrar o sigilo do grupo de WhatsApp. “Estamos peticionando ao STF, pedindo quebra de sigilo, bloqueio e, se necessário, prisão. A democracia não pode tolerar a convivência com quem quer sabotá-la”, escreveu no Twitter.

Milícias digitais

Especialistas ouvidos pelo **Correio** avaliaram que os envolvidos podem ser investigados por atentar contra a democracia. O caso tem potencial para ser incluído no Inquérito 4.874, que apura a existência de milícias digitais com objetivo de atacar as instituições.

O advogado constitucionalista Guilherme Amorim Campos da Silva destacou que caberia ao relator do inquérito das milícias digitais, ministro Alexandre de Moraes, incluir os empresários na investigação. “Para tanto, basta que ele entenda que as condutas descritas sejam suficientes para serem incluídas no conceito de organização criminosa, atuando no ambiente digital, produzindo, publicando e financiando conteúdo para atentar contra a democracia e suas instituições”, argumentou.

Em caso de indiciamento, caberia ao próprio STF decidir se investigaria os empresários ou se encaminharia à Justiça Federal. Para Cristiano Vilela, especialista em direito eleitoral,

Nelson Jr./SCO/STF



Toffoli sobre tentativa de golpe: “Investidores vão embora, isso vai gerar desemprego (...). Isso é loucura”

a inclusão necessária de mais elementos comprobatórios. “O que se tem de concreto é uma troca de mensagens em um grupo privado, com conjecturas políticas e opiniões favoráveis a uma prática antidemocrática, sem qualquer manifestação efetiva de atentar contra a democracia”, ressaltou. “O enquadramento em conduta criminosa seria o eventual atentado à ordem democrática efetivamente

praticado ou urdido, mas nunca a mera manifestação de ideias ou de preferências políticas.”

A advogada eleitoral Paula Bernardelli partilha do mesmo entendimento. “Podem ser investigados, sim, atentar contra o Estado democrático de direito é um crime. A lei fala de tentar efetivamente para abolir o Estado democrático, mas é difícil aleguê-lo ser enquadrado nisso apenas por uma fala”, disse.

O coletivo Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral, grupo que reúne mais de 200 entidades, protocolou uma notícia-crime no STF para que os empresários sejam incluídos no inquérito das milícias digitais. Os deputados federais Alencar Santana (PT-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Reginaldo Lopes (PT-MG) também apresentaram um pedido na Corte pedindo apuração do caso.

Doações milionárias

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou, ontem, a primeira parcial de doadores de campanhas. Grandes empresários aparecem destinando R\$ 5,8 milhões, principalmente, para candidaturas de direita e centro-direita. A maior doação, até agora, é do ex-secretário de desestatização do governo Jair Bolsonaro (PL) e dono da empresa locação de carros Localiza, Salim Mattar. Ele destinou R\$ 2,75 milhões para doações, dos quais a maior parte foi direcionada aos candidatos do partido Novo.

O segundo maior doador é o empresário Heitor Linden, que destinou R\$ 2 milhões a uma única candidatura: a de Roberto Argenta (PSC), que concorre ao governo do Rio Grande do Sul.

Completa a lista dos maiores doadores o também empresário e agropecuarista Emival Ramos Caiado Filho, que repassou R\$ 600 mil para três candidatos do União Brasil em Pernambuco.

No top cinco de maiores doadores aparece o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, que destinou R\$ 760 mil a 12 candidaturas. O economista repassou R\$ 200 mil ao postulante a governador do Rio de Janeiro Marcelo Freixo (PSB). Também foram beneficiados cinco deputados do PSD, dois do União Brasil, outros dois do PSB, um do Novo e um do Cidadania.

Pacheco prega respeito à Justiça

» TAÍSA MEDEIROS

Divulgação/Siterodrigoapacheco



Presidente do Congresso reafirmou sua confiança nas urnas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reafirmou, ontem, sua confiança na Justiça Eleitoral para garantir equilíbrio, transparência e imparcialidade nas eleições. O parlamentar disse acreditar na maturidade da democracia brasileira. “O que cabe a esses dois Poderes — Executivo e Legislativo — é confiar e respeitar o Poder Judiciário, que cuida das eleições, que cuida do processo eleitoral, que fará as eleições através de urnas eletrônicas, que, até bem pouco tempo, era motivo de orgulho nacional”, enfatizou, durante o seminário “O Equilíbrio dos Poderes”, promovido pelo grupo Esfera Brasil, em São Paulo.

Pacheco voltou a assegurar que o Congresso dará posse ao presidente escolhido pela maioria da população. “Uma vez se estabelecendo a vontade do povo através das urnas eletrônicas, escolhendo seus representantes, seja quem for (...), o papel do Legislativo será de garantir à sociedade brasileira e ao Brasil que, no dia 1º de janeiro de 2023, será

dada posse ao eleito pela vontade de popular”, frisou.

O senador ainda manifestou preocupação com a confiabilidade das informações que circulam nas redes sociais. Ele defendeu que tanto o governo quanto o Legislativo apresentem iniciativas para reduzir a propagação

de fake news. “É preciso ter uma disciplina legal, também, em torno disso. E o papel do Judiciário também é de ter a firmeza necessária nos conflitos havidos em torno desse tema, em fazer cumprir a legislação que, porventura, seja concebida no Brasil”, destacou.

Doação de Leite Materno. Toda gota conta.



Lucca,
prematuro,
30ml por dia
para ele poder
sonhar com o
seu futuro.

Para muitos bebês o leite materno é uma medida de vida. Lucca, por exemplo, precisa de apenas 30ml por dia para sobreviver. **Se você está amamentando, doe seu leite. Ligue 160, opção 4** para se cadastrar, tirar dúvidas e agendar a coleta.



Acesse amamentabrasilia.saude.df.gov.br

Secretaria de Saúde

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

>> **DE UNO** www.correio braziliense.com.br

Tebet: emprego é obsessão

Em campanha no centro de Diadema (SP), a candidata à Presidência pelo MDB, senadora Simone Tebet, comentou sobre crescimento econômico, com trabalho e geração de renda. “Nossa obsessão é emprego, emprego e emprego”, disse, ao conversar com eleitores nas ruas. A postulante ao Palácio do Planalto destacou que a retomada do crescimento do país depende da consolidação de um clima de paz e segurança institucional e jurídica para a atração de investimentos.

TSE barra verbas para Jefferson

O ministro Carlos Horbach, do TSE, acolheu pedido da Procuradoria-Geral Eleitoral e barrou o repasse de recursos públicos à campanha do ex-deputado Roberto Jefferson. Condenado no mensalão e em prisão domiciliar, o político pretende concorrer ao Planalto. Horbach entendeu que há “perigo de dano em relação à liberação de verbas de natureza pública para subsidiar candidatura que, de pronto, revela-se inquinada de uma muito provável inelegibilidade”.

PRE impugna registro de Witzel

A Procuradoria Regional Eleitoral do Rio impugnou o registro de candidatura de Wilson Witzel ao governo do estado. O órgão ainda pediu que o TRE o impeça de usar o horário eleitoral gratuito e gastar recursos públicos de campanha. A PRE ressaltou a “patente inelegibilidade” de Witzel. Ele foi condenado por crime de responsabilidade em abril de 2021. O Tribunal Especial Misto determinou a perda do cargo do então governador fluminense e a inabilitação para função pública por cinco anos.